



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Carlos Lupi, ex-ministro da Previdência Social, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

O escândalo das fraudes no INSS tomou corpo no início de 2024. O portal *Metrópoles* revelou que pelo menos 29 entidades associativas usavam os convênios para descontar mensalidades diretamente das aposentadorias, sem autorização prévia dos beneficiários. As reportagens apontaram que essas entidades movimentaram cerca de R\$2 bilhões em um ano, o que motivou a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União a deflagrarem a Operação Sem Desconto em abril de 2025[1]. Os números impressionam: entre janeiro de 2023 e maio de 2024 foram 1,9 milhão de pedidos de exclusão de descontos – 16,6% da fila do INSS – e mais de 90% dos solicitantes afirmaram nunca ter autorizado a filiação[2]. O instituto desembolsou R\$14,9 milhões em custos operacionais para processar as reclamações. A partir desses dados (volume de entidades, valores astronômicos e impactos na fila) extrai-se a compreensão essencial de que a fraude não era um desvio pontual, mas um esquema institucionalizado com consequências sociais devastadoras.



Diante de tamanha anomalia, esperava-se firmeza de gestão. No entanto, Carlos Lupi, ministro da Previdência desde janeiro de 2023, mostrou-se leniente. Ele admitiu ter sido alertado sobre irregularidades em junho de 2023, mas só exonerou o diretor de Benefícios do INSS, André Fidelis, em julho de 2024, meses após o escândalo vir à tona. Mesmo após a deflagração da Operação Sem Desconto e a estimativa de que o desfalque atingia R\$6,3 bilhões, Lupi resistiu a afastar o presidente do INSS, Alessandro Stefanutto. A insistência em manter os convênios até abril de 2025, quando eles foram suspensos, somada à demora em afastar gestores comprometidos, revela um padrão de inação. Se parte da responsabilidade administrativa repousa na prontidão de agir diante de alertas, fica evidente que Lupi falhou nessa obrigação.

Sob seu comando, as portas do ministério foram abertas a personagens controversos. O ex-diretor André Fidelis, além de celebrar novos acordos, recebeu R\$5,1 milhões de lobistas por meio de empresas de seu filho, Eric Douglas, que movimentou R\$10,4 milhões em transações suspeitas[3] Investigação aponta que Fidelis participou de uma reunião em 12 de janeiro de 2023 com o lobista Antonio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, na sede do ministério, ao lado de outros dirigentes. O encontro sequer teve registro de entrada nos sistemas oficiais, conforme revelou pedido de acesso à informação[4] Esse cenário sugere não apenas negligência, mas possível conivência das cúpulas com a rede de atravessadores.

A relação com o Sindicato Nacional dos Aposentados (Sindnapi) acrescenta outro matiz. Reportagem de agosto de 2025 demonstrou que o Sindnapi, ligado à Força Sindical, repassou R\$4,1 milhões à empresa Gestora Eficiente, dirigida por Tonia Galletti, amiga de Lupi e integrante do Conselho Nacional de Previdência Social[5]. O faturamento da entidade saltou de R\$23 milhões em 2020 para R\$154,7 milhões em 2024, crescimento de 563,9%. Esses dados concentram o entendimento do conteúdo mais revelador: proximidade com aliados beneficiados pelo esquema e multiplicação exponencial de receitas. Mesmo alertado por Tonia sobre irregularidades em 2023, Lupi não tomou providências. A valorização da



tradição e da confiança pública exige que gestores se distanciem de práticas que favoreçam grupos específicos em detrimento do interesse coletivo.

A dimensão do prejuízo não se limita aos números. A Polícia Federal suspeita de uma logística de transporte de dinheiro vivo: em voos semanais entre Brasília e Belo Horizonte, cada passageiro poderia levar até R\$5 milhões nas bagagens de mão; pessoas vinculadas ao empresário Domingos Sávio de Castro, sócio do “Careca do INSS”, receberam mais de R\$10,5 milhões em recursos de intermediárias. O novo ministro da Previdência, Wolney Queiroz, confessou que “os alarmes foram desligados” entre 2023 e 2024, insinuando que setores internos neutralizaram deliberadamente os mecanismos de controle. É como se fosse uma casa antiga em que os sinos que avisam o perigo foram silenciados, permitindo que assaltantes agissem livres. Saber se Lupi acompanhava ou ignorava tais reuniões e operações é crucial.

Diante desses fatos (escala da fraude, inércia administrativa, vínculos suspeitos, enriquecimento de aliados e indícios de conluio logístico) a convocação de Carlos Lupi à CPMI do INSS é imperativa. Seu depoimento é necessário para esclarecer por que avisos foram desprezados, quem se beneficiou dos acordos, como autoridades se relacionaram com lobistas e por que sistemas de alerta foram neutralizados. Que se traga à luz da razão o que se passou. A boa política, como ensina a tradição clássica, não admite sombra de corrupção: exige transparência e prestação de contas. Que Lupi compareça, portanto, para responder às perguntas que a sociedade impõe.

Sendo assim, solicito aos nobres parlamentares a aprovação deste requerimento.

[1] <https://www.metropoles.com/materias-especiais/farra-inss-fraude-aposentados>



[2] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/farra-dos-descontos-afetou-fila-do-inss-e-custou-milhoes-ao-instituto>

[3] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/filho-de-ex-diretor-do-inss-movimentou-r-10-milhoes-no-auge-da-farra>

[4] <https://www.metropoles.com/colunas/tacio-lorran/as-reunioes-secretas-do-careca-do-inss>

[5] <https://www.metropoles.com/colunas/andreza-matais/inss-caixinha-sindicato>

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2025.

Deputado Alfredo Gaspar
(UNIÃO - AL)

